

Dívida pública

Por meio de dezenove medidas administrativas, o Banco Central pretende alongar os prazos de vencimento da dívida pública interna e reduzir seus custos. Formulada com tamanha simplicidade, a questão parece inserir-se em linha rotineira de operações burocráticas. Não é, porém, o caso. Denuncia o grave estágio a que chegou a administração dos débitos do Tesouro resultantes de saques sobre as poupanças privadas mediante colocação de títulos públicos. A situação, diz o BC, atingiu ponto intolerável em razão dos juros altos e da significativa desvalorização do real frente ao dólar.

É espantosa a evolução da dívida diante da inércia para submetê-la a medidas capazes de evitar o que agora, contabilizados prejuízos irrecuperáveis, se tornou inevitável. E o inevitável, vá lá a repetição, é o socorro pedido ao mercado financeiro para aceitar novo cronograma sobre o resgate da dívida. Vale dizer, uma operação que depende da boa vontade dos credores em transferir para o futuro a realização de ativos confiados à instituição responsável pelo controle da moeda e do crédito.

Os números são impressionantes. Em 1994, a dívida era de R\$ 86,393 bilhões. Ao final de setembro deste ano, ergueu-se à estratosfera: R\$ 511,166 bilhões. Mas, durante os cinco anos entre um registro e outro, tudo seguiu adiante como se nada preocupante estivesse em desenvolvi-

mento. Para se formar idéia segura sobre o problema, basta dizer que o serviço da dívida (juros) este ano torrá nada menos de R\$ 130 bilhões do erário. A importância representa 90% da arrecadação recorde (R\$ 144 bilhões) estimada pela Receita Federal.

Quando se iniciou o processo de privatização das empresas estatais, já lá se vão oito anos, grande parte da bancada governista no Congresso lutou para que os recursos obtidos fossem aplicados em programas de promoção social. A equipe econômica decidiu destiná-los à amortização da dívida pública. Pelo visto, contudo, os R\$ 89,3 bilhões arrecadados não tomaram nenhum dos dois rumos propostos. É possível que tenham sumido na voragem de gastos públicos muito acima da capacidade arrecadadora do Estado.

Agora, o Banco Central recorre à alternativa que parece ser única nas presentes circunstâncias. Cumpre notar, porém, que o alongamento dos prazos para pagar parcelas e juros terá efeitos limitados se servir apenas para aliviar as pressões sobre a liquidez do Tesouro. O importante é utilizar o tempo ganho para elaboração de nova estratégia, com base na mobilização de esforços conjuntos do BC e das demais instâncias governamentais. Algo, enfim, que possa estancar a sangria financeira e tornar a dívida administrável sem colocar em risco a credibilidade do país.